



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

O SERVIÇO NA FRANÇA E NO BRASIL: Semelhanças e assimetrias da intervenção profissional

FRANCISCA SILVA DOS SANTOS ¹

RESUMO

Conhecer o contexto socioeconômico em que a profissão emerge e como se inscreve na divisão social e técnica do trabalho é indispensável para a compreensão de sua real natureza e funcionalidade no âmbito da reprodução social. O que se coloca como instigante é nos aproximarmos do debate acerca do trabalho profissional internacional e quais fundamentos teóricos tem subsidiado a práxis profissional e seu posicionamento diante das mazelas sociais e da luta de classes. São algumas dessas questões que propomos tornar evidente a partir da análise do Serviço Social na França e no Brasil.

Palavras-chave: serviço social; trabalho; contexto francês.

ABSTRACT

Knowing the socioeconomic context in which the profession emerges and how it fits into the social and technical division of work is essential for understanding its real nature and functionality within the scope of social

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal De Alagoas

reproduction. What is instigating is to approach the debate about international professional work and what theoretical foundations have subsidized professional praxis and its positioning in the face of social ills and class struggle. These are some of these issues that we propose to make evident from the analysis of Social Work in France and Brazil.

Keywords: social service; job; french context

1. INTRODUÇÃO

O presente texto intenta trazer alguns elementos acerca do Serviço Social na Europa, especificamente no contexto francês, abordando as principais características que definem sua gênese e o exercício da profissão, considerando ainda sua relação com o Estado e a apreensão teórica acerca da questão social. Destacamos que tal análise se configura como uma aproximação ao debate tendo em vista o parco acesso ao material produzido sobre a questão.

Assim, consideramos a pesquisa basicamente em três autores cujas abordagens sobre a profissão evidenciam o contexto histórico que explica sua emergência, desenvolvimento, formação, função social desempenhada na sociabilidade do capital e o papel que exerce na reprodução dos interesses do projeto societário burguês.

Avaliamos ser importante compreender a profissão no contexto internacional, percebendo a trajetória trilhada e os fundamentos teóricos que explicam a apreensão da realidade, seu objeto de intervenção e os sujeitos sobre os quais sua intervenção se desdobra.

Tal debate também nos permite fazermos a crítica sobre a profissão no Brasil e reconhecermos os avanços que o Serviço Social brasileiro tem alcançado, especialmente após seu processo de Renovação e amadurecimento intelectual frente a apreensão teórico-crítica da realidade, em que a dimensão investigativa se

coloca como momento crucial e catalisador para a expansão da profissão e sua legitimação como área de conhecimento, bem como um requisito para qualificação da prática, conforme sinaliza Guerra (2010), “a investigação para o Serviço Social ganha o estatuto de elemento constitutivo da própria intervenção profissional” (p.13), elemento indispensável que precede e acompanha o exercício da profissão.

2. O SERVIÇO SOCIAL NA FRANÇA A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE VERDÈS LEROUX (1986), BOUQUET (2003) E RULLAC (2014)

*Jeanine Verdès – Leroux*² foi uma das sociólogas e historiadora francesa que influenciou alguns autores brasileiros no interior do Serviço Social, sobretudo acerca da análise dos fundamentos da profissão na perspectiva conhecida como intenção de ruptura, a saber: Netto, Yamamoto e Faleiros. Tal influência foi decorrente do pensamento radical da autora sobre as profissões, dentre elas aquelas inseridas no âmbito do Trabalho Social³. Ao se aproximar em suas pesquisas das fontes marxianas e gramscianas, a autora se fez elo na relação do Serviço Social brasileiro a essa corrente de pensamento (MARTINS, 2016).

A análise de *Verdès-Leroux* (1986), sobre o “campo de trabalho social”, traz neste universo a compreensão de que o trabalho social corresponde a uma ampla área de trabalhadores cujas profissões inseridas na divisão social e técnica do trabalho se incubem da regulação social, tais como: psicólogos/as, enfermeiros/as, visitantes sociais, assistentes sociais, dentre outros. A categoria “campo”, a autora se fundamenta na perspectiva de Pierre Bourdieu para discutir a especificidade e a

2 Tomamos por base a obra da autora, publicada e traduzida no Brasil pela editora Cortez: “*Trabalhador Social - práticas, hábitos, ethos, formas de intervenção* (1986)”; assim como, as contribuições de Martins em seu texto publicado pela Revista Serviço Social e Sociedade: “*O pensamento de Jeannine Verdès-Leroux e o Serviço Social: um resgate crítico*”. (2016).

3 Destaca-se que no cenário francês, a Sociologia tem um monopólio acerca da produção de conhecimento, especificamente sobre o Serviço Social, sobretudo sobre as teorias de campos de abordagem de Bourdieu. (RULLAC, 2014).

identidades destas práticas profissionais nas diversas frações do espaço social, conforme salienta Martins (2016).

Assim, *Verdès-Leroux* trouxe contribuições acerca da emergência do Serviço social europeu no final do século XIX na França, evidenciando o contexto tradicional em que a profissão se assentava, e o perfil que essa foi adquirindo ao longo de seu desenvolvimento; bem como seu foco foi apreender “o conteúdo e as modalidades da ação, as especificidades dos agentes e os princípios diretores da intervenção social”. (MARTINS, 2016, p.523).

Nessa direção, *Verdès-Leroux* (1986), nos informa que a gênese da profissão na França está associada ao que ela vai denominar de assistência social no final do século XIX. A assistência social se institui como um contramovimento ao se interpor entre a classe operária e os ideais socialista que tanto ameaçava à ordem. A profissão era composta por uma representatividade essencialmente feminina oriunda do extrato de classe burguesa culta, abastada e católica, com uma notória expressão do conservadorismo político e um profundo reformismo social, cujo objetivo era “assegurar a paz social [...] Derrubar as barreiras, alcançar a fusão dos homens, a união íntima e fecunda de todas as classes”.(p.12).

Interessante destacar que a autora ao citar a assistência social, está se referindo à profissão de Serviço Social, portanto, essa expressão em nada se assemelha a assistência social como política pública ou enquanto sinônimo de filantropia, ao contrário, para a autora a assistência social (Serviço Social) fazia críticas tanto à assistência pública⁴ (via Estado) quanto à assistência social (assistencialismo), esta última vista como mantenedora da pobreza e a primeira como impotente e nociva, uma vez que repousa na noção de direitos e, neste caso, “é perigoso levar em consideração os direitos, pois isso equivale a admitir, ao mesmo tempo, que as dificuldades sociais não são apenas fenômenos singulares e

4 Após o surgimento das instituições Direção de Assistência e Higiene (1866) e Conselho Superior de Assistência Pública (1888/1893), a França implementa as primeiras leis de assistência pública, como resposta à crise social e política desencadeada pela questão social, a saber: “Lei de 24 de julho de 1889, sobre crianças maltratadas e moralmente abandonadas. Lei de 15 de julho de 1893, sobre a assistência médica gratuita. Lei de 27 e 30 de junho de 1904, sobre as crianças assistidas. Lei de 17 de junho de 1913, sobre as mulheres grávidas. Lei de 14 de julho de 1913, sobre as famílias numerosas e necessitadas”. (CARRO, 2008, p.44).

aleatórios (“os desígnios da Providência”) mas são, sim a consequência de processos econômico-sociais”. (VERDÉS-LEROUX, 1986, p. 13). Isso denota uma postura de negação da política e desprestígio da teorização. Assim, ambas as formas de enfrentamento às mazelas sociais eram criticadas e os agentes profissionais ofereciam como proposta a educação do trabalhador. Tinha-se o entendimento de que este deveria ser educado para ajustar-se ao sistema e a classe operária urbana passa a ser o alvo da assistência social (Serviço Social), pois estes eram vistos como um potencial ameaça à ordem burguesa dado seu potencial subversivo.

Bouquet (2003) complementa a contribuição de *Verdès- Leroux* (1986), ao evidenciar que as bases para a gênese da profissão, denominada por ela neste momento de “ação social” e “trabalho social” (p.45), esteve atrelada à questão social e a necessidade de uma intervenção de controle da classe trabalhadora junto à exponenciação da pobreza e das precárias condições de vida.

Destaca ainda, que o pioneirismo do Serviço Social teve sua expressão mediante dois modelos de prática que se diferenciavam ideologicamente demonstrando a estreita ligação da profissão em sua base tradicional com a medicina social. As primeiras fundamentavam suas ações na perspectiva teórica higienista sobretudo no âmbito da política de saúde; as segundas, tinha coo foco o trabalho educativo e utilizava a expressão “o *social puro*”, dividindo-se: “esquemáticamente em três correntes distintas: as residências sociais, o serviço social de tipo familiar e as superintendentes de fábrica”. (BOUQUET, 2003, p.47). A partir de 1938 ocorre a separação desses dois modelos: enfermeiras visitadoras e as trabalhadoras sociais dando lugar a assistência social.

Assim, a intervenção profissional tradicional, em seu primeiro momento atrelada à “assistência organizada”, esteve direcionada a amortecer os conflitos oriundos do binômio industrialização x urbanização atrelado ao desenvolvimento do capitalismo, se posicionando inclusive, contra o processo de politização e tomada de consciência do operariado (VERDÉS-LEROUX, 1986),

O projeto da assistência social nascente não é, pois, o de “ajudar” os operários em dificuldade – este é um vocabulário moderno -, mas o de *educar a classe operária*, isto é fornece-lhes regras de bom senso e razões práticas de moralidade, corrigir seus preconceitos, ensinar-lhes a racionalidade, “discipliná-la” nos seus trajés, nos lares, nos orçamentos domésticos, na maneira de pensar. Trata-se, pois, de impor, como se fosse universal, um sistema único de representações e de comportamentos – o da *classe dominante* -, desqualificando, ao mesmo tempo, o modo de vida da classe dominada [...]. Para isso, é necessário impor a civilização fundada na razão e no progresso, em substituição ao estado natural e primitivo que ainda continuaria a existir na classe dominada – espécie de natureza desnaturada, feita de negligência, incapaz de ceder, por seus próprios meios, à ordem e a regra, natureza tosca e viciosa, insensível ao Belo e ao Bem. (VERDÈS-LEROUX, 1986, p.15. *grifos da autora*).

Tal moralização também se estendia às mulheres, estas eram subjugadas mediante a opressão de gênero e controle da sexualidade que a sociedade burguesa incutia e incute às mulheres a partir do Patriarcado.

Com a institucionalização e profissionalização do Serviço Social em 1914, ocorrida entre as duas grandes Guerras Mundiais, o ambiente das fábricas e o ambiente doméstico passam a ser o *locus* privilegiado para a assistência social, cuja prática exercia uma violência simbólica sobre o operário a partir da imposição de crenças e valores embasadas no ideais hegemônicos da *doxa* dominante. Sobre esse aspecto, Martins (2016), expõe que o entendimento de violência simbólica, Leroux baseia sua análise na perspectiva Bourdieu ao tratar esta categoria enquanto atos que ideologicamente exercem o controle sobre os sujeitos.

Num segundo momento da história da profissão – Leroux vai denominar como fase de “amadurecimento” da profissão esta vai ter uma conotação robusta em torno do “controle”, não somente sobre os operários, mas “na família, na infância, na feminilidade e na velhice (a porta de entrada para o relacionamento com os trabalhadores, principalmente os operários)”. (MARTINS, 2016, p. 525).

Em Bouquet (2003), esse segundo momento de desenvolvimento da profissão será denominado da idade de ouro do Serviço Social, especificamente no período de 1940 à 1970. Esse momento foi demarcado por diversas mudanças no âmbito societário, dentre elas a expansão das políticas públicas que alargaram o mercado de trabalho para a profissão e seu reconhecimento enquanto serviço público; inclusive, nessa época, o Serviço Social deixa de ser a única profissão na área social.

Interessante que esta fase de “amadurecimento” da profissão não estava atrelada a

um ideal progressista ou até mesmo a aproximação a fundamentos teóricos que propiciassem uma leitura crítica e radical da realidade social, mas, “amadurecimento” vinculado ao refinamento do controle, forjado pelas condições histórico-concretas que requeriam uma atuação mais técnica e científica. Assim, a profissão vai moldar-se ancorada a uma *pseudocientificidade* – nas palavras de Martins (2019) -, com fundamentos na psicanálise “[...] cuja resultante era a psicologização das relações sociais, concretizada a partir de estratégias interventivas, como o *casework*”. (p. 527).

Dessa forma, o *casework*⁵ vai converter em técnica o moralismo burguês introjetado pelos profissionais, transformando assim: “[...] o julgamento em fato científico, e os determinismos econômicos em particularidades de comportamentos”. (VERDÈS-LEROUX, 1987, p. 41). Essa lógica continuava reforçando aquela perspectiva da educação do operariado nas bases tradicionais da intervenção profissional. Agora fundamentada na psicanálise, continua transferindo para o sujeito a necessidade de adaptação mediante a sua mudança de comportamento frente à vida e às suas condições de trabalho; escamoteando as causas e efeitos de uma problemática social que é decorrente unicamente das condições materiais em que a sociedade produz sua existência.

Verdés-Leroux (1986), vai dizer que a partir de 1970, a profissão começa a passar por um momento de crise em que se evidenciam duas correntes. A primeira corrente fazia a crítica às pioneiras da assistência social, cujas práticas centravam-se na ajuda unicamente como elemento para a prevenção da revolução, sendo que esta ajuda também poderia ter um papel político que rejeitasse a neutralidade da ação profissional e se colocasse contra o sistema vigente. A autora vai dizer que esta primeira corrente logo se dissipa dado a sua debilidade e pouca expressão dentro a categoria. Já a segunda corrente, defendia a necessidade de uma análise endógena da profissão, no sentido que o Serviço social precisava encontrar sua autonomia que não mais o subjugasse a uma determinada classe social e ao Estado.

Em Bouquet (2003), esse momento de crise denominado por Verdés-Leroux (1986) será configurado mediante as mutações que o trabalho social vai sofrer, especificamente de 1975 e anos de 1980. Mutações atreladas as novas formas de organização social atreladas ao desenvolvimento do trabalho, como por exemplo, a transição demográfica, os rearranjos familiares, o crescimento urbano em detrimento da população rural, a violência urbana, dentre outras que trouxeram rebatimentos ao trabalho social que precisou lidar com a

5 Resultante da influência do Serviço Social dos norte-americanos e seu diagnóstico social, tendo Mary E. Richmond como sua expressão.

heterogeneidade de demandas expressas pelas condições vivenciadas pelos sujeitos em suas múltiplas representatividades e segmentos sociais. Assim,

o serviço social é envolvido no fenômeno de regulação de urgência que se realiza e se desdobra também em ajuda de urgência; pode-se dizer que a acção social é fortemente sobrecarregada pela crise do emprego e é absorvida pela urgência de rendimentos e trabalho. Por outro lado, o serviço social deve alargar o seu campo de acção para respostas mais adequadas, enquadrar-se nas políticas sociais e de emprego, nos dispositivos ligados a inserção, abrir-se ao mundo econômico e tanto quanto possível, contribuir para a inserção socio-profissional. Doravante, as novas palavras de ordem são a inserção e o acesso aos direitos. (BOUQUET, 2003, p. 53).

Nesse sentido, a década de 1980, passou a exigir da profissão uma postura técnica-política, pois neste cenário ele não é somente um setor da administração pública, mas um executor de políticas sociais que cada vez mais seguia a lógica da descentralização dos serviços. Assim, no âmbito da dimensão interventiva a profissão precisou reorganizar-se na sua relação com os sujeitos alvos de sua ação, investindo “em novos espaços de acção nomeadamente econômica e a juntar a relação educativa e de ajuda”. (BOUQUET, 2003, p.58).

Os desafios presentes nas mudanças societárias continuam a exigir da profissão nos anos de 1990 a sua modernização. Desta feita, depara-se com a introdução de novas tecnologias no âmbito do trabalho como a informatização das relações de trabalho que passam a estabelecer relações mais transparentes entre profissionais e usuários dos serviços, que Bouquet denomina de “utente” (p.57). Assim como, percebe-se a introdução de novas profissões no campo social e o crescimento de relações de trabalho cada vez mais fragilizadas e precárias.

No tocante a formação e a produção de conhecimento, existem vários desafios a serem enfrentados pelo Serviço Social, sobre essa questão Bouquet é bem enfática ao dizer que “o trabalho social oscila demasiado - para parafrasear uma expressão de Henri Lefebvre entre conceitos sem vida e um vazio sem conceitos”. (2003, p. 59).

De acordo com *Rullac* (2014), a preocupação com a pesquisa no Serviço Social vai ganhar destaque a partir da primeira década os anos 2000 - mesmo que sua reivindicação já tivesse acontecido no final da década de 1970-, quando emerge o debate sobre a natureza do saber profissional e a sua cientificidade que passa a ser questionada, contestada e até

mesmo reivindicada. “É nesse contexto que o desenvolvimento de uma ciência do serviço social se decompõe em três modalidades de pesquisa: “sobre”, “em” e “para” o serviço social” (p.878).

Percebe-se que independente da abordagem, o interesse pela produção de conhecimento estava atrelado a uma perspectiva endógena à profissão, como forma de requerer o prestígio ao Trabalho Social elevando sua intervenção a um paradigma científico.

Neste quesito, sobre o reconhecimento da profissão enquanto *status* de ciência, repousam diversos questionamentos divergentes, até porque, em tese, os maiores espaços de formação da profissão estão vinculados à grandes Escolas que não pertencem ao circuito universitário, o que ocasiona alguns entraves para o desenvolvimento de pesquisas, um deles seria a ausência de um corpus metodológico e conceitual, bem como a não existência de cargos e orçamento para este fim. Já no âmbito da pós-graduação também se observa um relativo atraso, uma vez que “enquanto onze países europeus já ofereciam um doutorado em 1999” (RULLAC, 2014, p.880), a França ofertava uma cadeira de Serviço Social no mestrado.

Outro debate que se evidencia é sobre o entendimento do que seria saber teórico e prático. Comungam nesse íterim, de acordo com Rullac (2014) três posicionamentos: o que não quer reconhecer uma pesquisa aplicada à intervenção social; o segundo que admite a existência de uma divisão que separa o que compete a teoria e o que compete à prática e que, portanto, cabe tão somente às ciências sociais compreender a sociedade e ao Serviço Social modificá-la; e o terceiro, que reivindica uma pesquisa aplicada à profissão reiterando seu estudo sobre si mesmo.

Ainda para o autor, essas inquietudes reverberam negativamente para a Sociologia que não esconde sua postura de recusa, já que esta ciência majoritariamente detém o monopólio na produção de conhecimento sobre a profissão. Assim, para as Ciências Sociais, o Serviço Social não pode tornar-se ciência porque não se constitui enquanto campo social e não possui o estatuto de uma ciência, bem como seus pesquisadores não desenvolvem pesquisa com qualidade, pois, não se dedicam exclusivamente a ela. Dentre estes e outros argumentos, vai-se “privando o serviço social da capacidade de se pensar, de se emancipar, de fazê-lo saber e de se fazer reconhecer”. (p.835).

Percebe-se que o Trabalho Social na França ainda terá muitos caminhos a percorrer no tocante aos fundamentos teórico-metodológico e sua dimensão ético e política e interventiva. Concordamos com Bouquet (2004) quando esta indica que para a profissão: “Coloca-se, simultaneamente, um contexto desafio político, um desafio social, um desafio organizacional e um desafio pedagógico e metodológico”. (p.60).

3-O SERVIÇO SOCIAL NA FRANÇA E NO BRASIL – aproximações e disjunções

Considerando nossa aproximação ao debate da profissão no contexto da França, foi inelutável confrontarmos com o desenvolvimento da profissão em nosso país. Convém destacar que o intuito não é fazermos comparações ignorando as condições macrossocietárias que caracterizam cada país⁶, mas, contribuir com o debate que salvaguarda a gênese da profissão e seu desenvolvimento atrelada às condições sócio-histórica e à conjuntura capitalista na qual a requisita.

E sob estas condições tanto o contexto francês quanto brasileiro apresentaram características que se assemelham quanto as necessidades sociais que demandaram seu surgimento, tendo na questão social no interior do desenvolvimento da sociedade burguesa, os elementos de sua requisição. Assim como, em suas bases tradicionais, a adoção de uma postura interventiva que corrobora com a reprodução das ideias dominantes exercendo o controle ideológico sobre a classe trabalhadora. Isso nos demonstra que a função social da profissão, sob o capitalismo monopolista, é invariavelmente a mesma. Bem como, suas bases tradicionais vinculadas, em alguma medida, ao *pseudo* humanismo cristão.

O que nos chamou a atenção, de um modo geral, foi que o amadurecimento intelectual da profissão seja em seu horizonte teórico ou prático, teve vinculação com sua aproximação política às lutas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais. Sabemos

6 Tão pouco teremos condições de nos aprofundarmos nesse contexto diante dos limites deste trabalho, apenas queremos evidenciar que não se trata de comparações que atribuam valor a uma realidade ou à outra, mas, talvez refletirmos sobre o Serviço Social no nosso país, os avanços e desafios que ainda se descortinam para a categoria, e na necessidade de defesa da profissão diante do recrudescimento do conservadorismo.

que a França se constitui no berço histórico da proclamação dos direitos humanos com a Revolução Francesa em 1789, tornando-se referência internacional para os demais Estados-nação. No entanto, o Trabalho social na França em 1970 ainda questionava a emancipação política, não assimilava as lutas dos trabalhadores, compreendia o enfrentamento às mazelas sociais apoiado no apoliticismo, reivindicava sua autonomia enquanto profissão sem nenhuma vinculação de classe, reforçando o discurso da neutralidade. Interessante que mesmo reivindicando sua autonomia, se rotulando enquanto profissão neutra e acima das classes, sua intervenção, reforça a partir de suas bases conceituais, o projeto societário burguês.

Ao se naturalizar a complexidade dos fenômenos sociais, a questão social é vista ideologicamente como um simples acidente de percurso e os sujeitos passam a assumir uma parcela de responsabilidade por sua condição de empobrecimento e miséria, sendo alvos de ações minimalistas, fragmentadas e até mesmo coercitivas, se assim for preciso, por parte o Estado sob comando absoluto do capital.

Inspirados por essa leitura de realidade, o Trabalho social desde sua gênese, teve o foco de “reduzir a defesa dos dominados, minando num esforço de anulação, a consciência de classe em que se baseiam as suas diferentes formas de resistência”. (VERDÈS-LEROUX, 1986, p.44). A autora ainda ressalta que a classe operária tinha uma declarada hostilidade ao Serviço Social pois via neste a personificação de um agente opressor.

Nos marcos brasileiros, podemos dizer que a profissão, especialmente a partir da década de 1970, foi forjada na luta e no engajamento junto aos movimentos populares, sindicais e movimentos de contestação da ditadura. Inclusive, um dos marcos que consolidou a profissão frente ao posicionamento político na defesa dos direitos da classe trabalhadora, foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Social - CBAS em 1979, conhecido como o “Congresso da virada” enquanto resultado do acúmulo político que a profissão vinha adquirindo. E representou o momento em que a categoria lança mão de um projeto societário - que irá se consolidar na década de 1988 -, tendo por base os referenciais marxistas, com vistas a uma nova forma de sociabilidade.

É certo que a tomada de consciência de classe da categoria profissional e seu posicionamento a favor da classe trabalhadora, se relaciona com o arcabouço teórico adotado hegemonicamente pela profissão, que por sua vez se articula a sua aproximação com a pesquisa, com a produção de conhecimento.

E no que se refere à formação e a produção de conhecimento – elemento divisor de águas entre as duas realidades/conjunturas analisadas, percebemos um relativo atraso do contexto francês em relação ao Brasil. Enquanto na França ainda se suscita o debate endógeno sobre a profissão e a reivindicação de um *status* de ciência.

O que foi possível colher nos textos é que a preocupação com o seu objeto, teorias e método não se vinculam a análise da totalidade social, a análise dos conflitos humanos-sociais, da luta de classes e o posicionamento ético-político em definir sobre qual dos projetos societários em confronto apoia. Embora reivindique uma neutralidade o projeto profissional encontra-se totalmente alinhado aos interesses da burguesia e há uma clara “disputa” com as ciências sociais, afim de adquirir legitimidade enquanto saber científico.

Na realidade de nosso país, já conseguimos avançar e nos consolidar enquanto área de conhecimento notadamente reconhecida pelas agências de fomento à pesquisa a nível nacional e internacional - apesar dos diversos ataques em decorrência dos ajustes neoliberal. Ademais há um notório crescimento e legitimidade de nossos cursos de mestrado e doutorado, o que qualifica indiscutivelmente toda a estrutura de nossa formação no âmbito da Universidade e da articulação com os espaços institucionais em que a prática profissional de desdobra, prática que não se desvincula dos processos investigativo, sendo a pesquisa elemento intrínseco que de acordo com Guerra (2010), precede e acompanha a intervenção, além de se fazer presente em grande parte das competências profissionais.

Outra questão observada foi acerca do pensamento de *Verdès-Leroux* (1986), ao buscar subsídio na teoria de Bourdieu, a autora faz referência a violência simbólica que os agentes profissionais exercem sobre a classe trabalhadora, por incutir culturalmente e ideologicamente um sistema de ideias com objetivo de moldar seus comportamentos e torná-los adaptáveis ao sistema, naturalizando suas condições de vida e de trabalho. Com isso, a autora traz a possibilidade de autoquestionamento para a profissão, como por exemplo: Qual a função social que as agentes profissionais desempenham? Quais os desdobramentos e efeitos de sua intervenção para a classe trabalhadora?

Isso nos permite, em alguma medida, recuperar a discussão no interior do Serviço Social brasileiro presente desde os anos 2000 sobre se Serviço Social é ou não trabalho. Uma das teses defendidas é a de Costa (2011) que afirma que o Serviço Social não é trabalho, mas um complexo ideológico. Segundo a autora, dada as condições sócio-históricas na qual a profissão emergiu, essa se inscreve enquanto atividade que tem por

base uma posição teleológica secundária e que idealmente age sobre a consciência dos indivíduos para a resolução de conflitos cotidianos mais imediatos. No entanto, nem toda posição teleológica secundária pode ser considerada ideologia, todavia no caso do Serviço Social este pode ser considerado a partir da função social que exerce.

Essa especificidade nos possibilita compreender que a profissão não se insere no âmbito da produção de mercadoria e/ou da riqueza social, mas na consciência de homens e mulheres no interior da reprodução social, requisito inclusive, indispensável dado a complexidade de produção do capital em escala global.

O lugar atribuído à profissão na divisão do trabalho é dar respostas “socialmente elaboradas e legalmente institucionalizadas no âmbito do Estado” (COSTA, 2011, p.121), em que as políticas sociais se convertem na mediação de sua ação no enfrentamento aos fenômenos decorrentes da questão social na sua face mais imediata e aparentemente descontextualizada. Nesse aspecto, ao atuar sobre as contradições do capitalismo - especificamente no vínculo existente entre Serviço Social e questão social - influenciando comportamentos que deem origem a novas posições teleológicas, sua intervenção adquire uma função ideológica.

Mesmo que a base para a atuação profissional seja a mesma: atuar nos conflitos sociais, os atos teleológicos desempenhados pelos/as assistentes sociais são os mais diversos exigindo respostas com ideações que vão desde as fronteiras entre: Estado e usuários das políticas sociais; setor privado e trabalhadores das empresas, bem como práticas mais próximas à dimensão política quando se inserem junto aos movimentos sociais e as bandeiras de luta em prol de melhores condições de vida, saúde, trabalho, entre outras. Em quaisquer desses espaços, a intervenção do/da assistente social se configura enquanto ideologia no sentido estrito (COSTA, 2011).

Não queremos contudo, associar diretamente a perspectiva de Bourdieu - utilizada por Verdès-Leroux (1986) -, ao debate acerca da categoria trabalho em Lukács (2018) e dos complexos sociais dele decorrentes, dentre eles a ideologia no qual Costa (2011) defende sua tese, mas sim, problematizar a dimensão ideológica presente no Trabalho Social evidenciado por Verdès-Leroux e que posteriormente torna-se objeto de estudo para a compreensão da profissão em nosso país, desta vez tendo como fundamento a ontologia do ser social, em que Georg Lukács se constitui em uma das principais referências marxistas para o Serviço Social.

3. CONCLUSÃO

O atual momento histórico tem trazido imensos desafios para o desenvolvimento do ser social. Vivemos uma época marcada por um alto nível de desenvolvimento das forças produtivas, fato que acarreta diversas mudanças nos campos econômico, social, político, cultural, tecnológico, científico, dentre outros. Paralelo a todos os avanços, resultantes da complexificação do trabalho e sua crescente divisão social, presenciamos um crescente índice de desigualdade econômica e social, bem como de banalização da vida numa constante fratura entre o ser humano- genérico e sua singularidade.

Conforme já sinalizamos, compreender os fenômenos sociais que nos cercam nos remete primeiramente a enxergá-lo como ele é e posteriormente, buscarmos as suas conexões mais internas, não aparentes no nível do cotidiano apreensão necessária para que possamos perceber os limites e possibilidades que se descortinam ao exercício profissional numa sociedade que coisifica a humanidade e suas relações.

Portanto, torna-se uma tarefa indispensável para o proletariado - sujeito revolucionário por sua essência-, bem como para as profissões, dentre elas o Serviço Social para que reconheça o significado sócio-histórico de sua gênese e sua funcionalidade no âmbito das relações sociais de produção e reprodução da vida, especificamente diante do avanço do conservadorismo. Resgatar quem somos enquanto profissão é um debate que perfaz o Serviço Social em diversas realidades, inclusive no cenário francês que mesmo diante de perspectivas teóricas distintas em disputa, a profissão sempre esteve e está em movimento.

Para além da profissão, o desafio de nossos dias tem sido encontrar o caminho para a superação da pré-história da humanidade, o resgate do horizonte revolucionário do proletariado por meio da ação consciente e orientada ideologicamente. Percebemos que o Serviço Social tem muito a contribuir nesse aspecto, por ocupar um lugar privilegiado junto aos indivíduos que potencialmente possuem a função histórica da transformação radical dessa forma de sociabilidade.

4. REFERÊNCIAS

BOUQUET, Brigitte. **História e mutação da profissão de assistente social em França**. Revista Intervenção Social, nº 27, p. 43 – 61, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/bChB84NMzb8x9JZPzwx44ZS/abstract/?lang=pt>.

CARRO, Silvina Maria. **A assistência social no universo da proteção social: Brasil, França e Argentina**. Tese PUC/SP, 2008. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle>.

COSTA, Gilmaisa Macedo da. **Serviço Social em Debate - Ser social, Trabalho e Ideologia**. Maceió, Edufal, 2011.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. Brasília, CFESS/ Unb, 2010. Disponível em: [C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf \(cressrn.org.br\)](https://www.cressrn.org.br/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf).

MARTINS, Ludson Rocha. **O pensamento de Jeannine Verdès- Leroux e o Serviço Social: um resgate crítico**. Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 127, p. 514-532, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/bChB84NMzb8x9JZPzwx44ZS/abstract/?lang=pt>

LUKÁCS, Georg. **Para a Ontologia do Ser Social**. Vol 14. Maceió, Coletivo Veredas, 2018.

RULLAC, Stéphane. **Trabalho Social e Intervenção Social na França: O estado do conhecimento**. Trad. Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, v.44, nº 154, p. 876-890. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/4RmVHzWp3mRXhdhtNgT8DVf/?lang=pt&format=pdf>

VERDÈS- LEROUX, Jeannine. **Trabalhador Social - práticas, hábitos, ethos, formas de intervenção.** São Paulo Cortez, 1986. Trad. René de Carvalho